CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Indique a alternativa CORRETA. A classificação da Constituição Federal do Brasil de 1988, quanto à origem, mutabilidade e forma, respectivamente, é
   a) outorgada, rígida, escrita.
   b) promulgada, flexível, escrita.
   c) outorgada, rígida, não escrita.
   d) promulgada, semi-rígida, não escrita.
   e) NDA.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: e

Quanto à origem

a) promulgada (popular, votada ou democrática): surge como fruto de um processo democrático e elaborada por um Poder Constituinte exercido por uma Assembléia Constituinte eleita pelo povo. Exemplo: Constituições de 1981; 1934; 1946; 1988;

b) outorgada: é a que foi fruto do autoritarismo, geralmente imposta por um grupo ou pelo governante. Ex: Constituição Federal/Brasileira de 1824; 1937; 1967; 1969. O Professor José Afonso traz ainda a denominada Constituição Cesarista*, que é aquela preparada por um ditador, mas submetida ao referendo popular e somente após obtido este passará a vigorar.*

Quanto à mutabilidade

a) rígida: quando a forma de alteração das leis constitucionais é mais dificultosa que a forma de modificação das leis infraconstitucionais. Essa rigidez pode ser verificada pelo processo de Emendas Constitucionais. É preciso lembrar que a EC 45/2004 trouxe a possibilidade de um tratado internacional sobre direitos humanos ser recepcionado como norma equivalente a emendas constitucionais.

O Professor Alexandre de Moraes destaca que a Constituição de 1988 pode ser considerada como super rígida*, uma vez que em regra pode ser alterada por um processo diferenciado, mas, excepcionalmente, em alguns pontos é imutável (Constituição Federal, artigo 60, parágrafo 4º- cláusulas pétreas).*

b) flexível: no caso da alteração das leis constitucionais ser igual a das leis infraconstitucionais;

c) semi-rígida: na hipótese de alguns dispositivos da Constituição serem alterados por um processo árduo, enquanto outros dispositivos da mesma Constituição são modificados da mesma forma que se alteram as leis infraconstitucionais; assim, parte dela é rígida e parte é flexível. Exemplo desse tipo é a Constituição do Império de 1824.

Quanto à forma

a) escrita ou dogmática: codificada em um só texto;

b) não escrita, costumeira ou histórica: baseiam-se nos costumes, na jurisprudência, em convenções, em textos constitucionais esparsos. Não integram um texto único. É o caso da Constituição da Inglaterra.

---

2. Indique a alternativa CORRETA. Princípios são os vetores interpretativos que orientam a correta aplicação da norma quanto à extensão e à profundidade dos valores consagrados pelo sistema jurídico. São dotados, pois, de positividade e determinam regras de comportamento, conferindo unidade e racionalidade interna do regime jurídico. O artigo 1º da Constituição Federal elenca os fundamentos da República Federativa do Brasil, sendo eles, entre outros
   a) a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
   b) os valores sociais do trabalho; a livre iniciativa e o bipartidarismo político.
   c) a dignidade da pessoa humana, eleições indiretas e a livre iniciativa.
   d) censura prévia, poder emanado do povo e a soberania.
   e) o bipartidarismo político, eleições indiretas e a censura prévia.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: a

Constituição Federal

Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

---

3. Remédios constitucionais correspondem ao que a doutrina e a jurisprudência chamam de meios postos à disposição dos indivíduos e cidadãos, no exercício de sua cidadania, para provocar a intervenção das autoridades competentes, visando sanar, corrigir, ilegalidade e abuso de poder em prejuízo de direitos e interesses individuais. Um dos remédios constitucionais é a ação popular. Qual das alternativas poder ser considerada como definição de ação popular?
   a) Ação de fundamento constitucional que protege o direito líquido e certo de locomoção contra atos inquinados de vício de ilegalidade. Cuida-se de garantia constitucional.
   b) Instrumento jurídico constitucional que se destina à proteção do direito de informação. Objetiva a obtenção ou retificação de dados e informações pessoais constantes de arquivos de entidades governamentais ou de caráter público.
   c) Garantia constitucional que tem por finalidade defender o patrimônio público, a moralidade administrativa e o meio ambiente.
   d) Ação, de fundamento constitucional, pela qual, mesmo diante da ausência da norma regulamentadora, se viabiliza o exercício de direitos e liberdades constitucionais.
   e) NDA.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: c

Habeas corpus*: ação de fundamento constitucional que protege o direito líquido e certo de locomoção contra atos inquinados de vício de ilegalidade.*

Habeas data*: instrumento jurídico constitucional que se destina à proteção do direito de informação. Objetiva a obtenção ou retificação de dados e informações pessoais constantes de arquivos de entidades governamentais ou de caráter público.*

Ação popular: garantia constitucional que tem por finalidade defender o patrimônio público, a moralidade administrativa e o meio ambiente.

Mandado de injunção: ação, de fundamento constitucional, pela qual, mesmo diante da ausência da norma regulamentadora, se viabiliza o exercício de direitos

e liberdades constitucionais.

4. Nacionalidade é o vínculo jurídico-político que se estabelece entre um indivíduo e um Estado. É o *status* do indivíduo frente ao Estado. Com relação a esse tema, indique a alternativa INCORRETA.
   a) A nacionalidade pode ser primária (originária ou de origem), e um dos seus critérios de aquisição é por força do nascimento.
   b) a nacionalidade primária, por ter como critério de aquisição o nascimento, admite apenas a possibilidade do *jus sanguinis* (sangue).
   c) A nacionalidade pode ser primária, e um de seus critérios de aquisição é por força de ascendência.
   d) A nacionalidade pode ser secundária (adquirida ou derivada), obtida através de uma manifestação, uma opção (naturalização).
   e) No caso da nacionalidade secundária, para que ela se aperfeiçoe é necessária a concorrência de dois fatores: vontade do naturalizado e a aquiescência do Estado.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: b

Divide-se a nacionalidade em:

a) Primária (originária ou de origem): adquirida por força do nascimento. Há dois critérios, jus soli *(territorial) e o* jus sanguinis *(sangue). O primeiro critério condiciona a aquisição da nacionalidade ao nascimento no território do respectivo Estado. O segundo, decorre do vínculo da ascendência.*

A Constituição Federal não optou exclusivamente pelo critério territorial ou pelo sanguíneo, mas associou ambos.

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; (territorial).

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; (sanguíneo).

c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira; (trata-se da nacionalidade potestativa).

b) Secundária (adquirida ou derivada): obtida através de uma manifestação, uma opção (naturalização). Para que ela se aperfeiçoe é necessária a concorrência de dois fatores: vontade do naturalizado e a aquiescência do Estado.

II - naturalizados:

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral (naturalização ordinária).

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira (naturalização extraordinária).

5. "Direitos políticos" é o conjunto de direitos que regulam a forma de intervenção popular no governo. Em outras palavras, são regras que disciplinam o exercício da soberania popular, a participação nos negócios jurídicos do Estado. Indique a alternativa que NÃO aponta a perda e suspensão dos direitos políticos, de acordo com o artigo 15 da Constituição Federal.
   a) Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
   b) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
   c) Incapacidade civil absoluta.
   d) Condenação criminal transitada em julgado, mesmo depois de passados seus efeitos.
   e) Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: d

Constituição Federal

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

6. Podem os Estados incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito e do Congresso Nacional, por lei complementar (artigo 18, parágrafo 3º da Constituição Federal). Indique a alternativa que NÃO apresenta uma das formas de divisão de competência estabelecida pela Constituição Federal.
   a) remanescente - artigo 25, parágrafo 1º.
   b) exclusiva ou específica - artigo 18, parágrafo 4º. artigo 25, parágrafo 3º.
   c) comum - artigo 23.
   d) concorrente - artigo 24, parágrafo 2º.
   e) aleatória - artigo 26, parágrafo único.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: e

Constituição Federal

Em primeiro lugar, a Constituição não deixa nada a cargo do "aleatório", e o artigo 26, além de não tratar da questão de competência, não tem parágrafo único;

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que

estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

---

7. De acordo com o artigo 92 da Constituição Federal, NÃO é órgão do Poder Judiciário
   a) Conselho Nacional de Justiça.
   b) Tribunal de Contas da União.
   c) Superior Tribunal de Justiça.
   d) Supremo Tribunal Federal.
   e) Tribunais e Juízes Eleitorais.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: b

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I - A. o Conselho Nacional de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional 45/04)

II - o Superior Tribunal de Justiça;

III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI - os Tribunais e Juízes Militares;

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º - O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional 45/04)

§ 2º - O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional 45/04)

---

8. Indique a alternativa CORRETA. O tipo de licitação em que o foco volta-se para a complexidade do trabalho a ser executado para determinar o vencedor, de acordo com a Lei 8.666/93 é
   a) carta-convite.
   b) menor preço.
   c) pregão.
   d) melhor técnica.
   e) tomada de preço.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: d

Não confundir modalidades de licitação com tipos. Tipo de licitação é a forma como será escolhido o vencedor da licitação. Enfim, existem três tipos básicos de licitação:

a) menor preço: nesse caso, o que vale é o menor preço. Teoricamente, esse menor preço pode chegar a zero (ou preço negativo). Muitas empresas acabam aceitando preços menores que o viável economicamente porque interessa a elas outros fatores como a vinculação da imagem a determinado projeto ou a conquista de um novo cliente. No caso de algumas licitações, o menor preço está limitado ao que pode ser exeqüível. É o caso de obras públicas de grande porte;

b) melhor técnica: em alguns casos, principalmente quando o trabalho é complexo, o órgão público pode basear-se nos parâmetros técnicos para determinar o vencedor;

c) menor preço e melhor técnica: nesse caso, os dois parâmetros são importantes. Assim, no próprio edital de licitação deve estar claro o peso que cada um dos parâmetros (preço e qualidade técnica) deve ter para que se possa fazer uma média ponderada.

---

9. Indique a alternativa CORRETA. De acordo com a Lei 8.666/93, as modalidades de licitações, de acordo com o VALOR do bem ou serviço a ser contratados são, em ordem crescente, ou seja, do menor valor para o maior são
   a) carta-convite, tomada de preços e concorrência.
   b) carta-convite, concorrência e tomada de preço.
   c) pregão; carta convite e tomada de preços.
   d) pregão; tomada de preços e carta convite.
   e) pregão; concorrência e tomada de preços.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: a

Quando um órgão público vai realizar uma compra, ele faz uma pesquisa de preços no mercado, e prevê os valores que vão ser gastos. Essa pesquisa é importante já que o preço que for apurado é o limite para a licitação. O governo não pode pagar mais que o valor pesquisado. No momento em que é decidido o valor, já é possível definir a modalidade de licitação a ser usada, de acordo com a Lei 8.666/93. Para a escolha do pregão, o critério NÃO É FAIXA DE PREÇO OU VALOR, e sim a natureza do produto ou serviço. Depende, então, do órgão público a escolha da modalidade.

As modalidades e seus limites de acordo com a lei de licitações são:

Carta-Convite

- para compras e serviços de R$ 8 mil até R$ 80 mil.

- para obras e serviços de engenharia de R$ 15 mil até R$ 150 mil.

Tomada de Preço

- para compras e serviços acima de R$ 80 mil até R$ 650 mil.

- para obras e serviços de engenharia acima de R$ 150 mil até R$ 1,5 milhão.

Concorrência

- para compras e serviços acima de R$ 650 mil

- para obras e serviços de engenharia acima de R$ 1,5 milhão.

---

10. Os atos administrativos, por estarem intrinsecamente ligados à administração pública, devem estar revestidos dos princípios expressos na Constituição Federal, que norteiam essa atividade. Por meio da interpretação da frase seguinte, indique de qual desses princípios está se tratando: "O administrador público sempre deve agir de acordo com a ética e com o justo, e não apenas de acordo com a lei. Tal princípio decorre da lealdade e da boa-fé, e a sua inobservância ocasionará a invalidação do ato por abuso de poder".
    a) princípio da publicidade
    b) princípio da legalidade
    c) princípio da moralidade
    d) princípio da eficiência
    e) princípio da impessoalidade

JUSTIFICATIVA:

Resposta: c

Constituição Federal

As palavras que dão a definição ao questionamento são: ética, no sentido de moral; justo, no sentido de correto, lealdade e boa-fé, todas intimamente ligadas ao conceito de moralidade.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

11. Além dos princípios expressos, ou explícitos, verifica-se a existência dos princípios implícitos na administração pública. Por meio da interpretação da frase seguinte, indique de qual desses princípios está se tratando: "A Administração Pública subjuga-se ao dever de alvejar sempre o objetivo normativo, ou seja, deve sempre buscar a finalidade descrita na norma. É um princípio inerente ao princípio da legalidade, posto que a Administração Pública apenas pode agir nos ditames da norma. Em última análise, a finalidade da Administração Pública sempre será o interesse público".
    a) princípio da autotutela
    b) princípio da finalidade
    c) princípio da motivação
    d) princípio da indisponibilidade
    e) princípio da continuidade

JUSTIFICATIVA:

Resposta: b

A Administração Pública subjuga-se ao dever de alvejar sempre o objetivo normativo, ou seja, ***DEVE SEMPRE BUSCAR A FINALIDADE DESCRITA NA NORMA****. É um princípio inerente ao princípio da legalidade, posto que a Administração Pública apenas pode agir nos ditames da norma. Em última análise, a finalidade da Administração Pública sempre será o interesse público*

12. Indique a alternativa cujo conteúdo preenche corretamente a lacuna: "Uma das bases do regime jurídico da Administração Pública é a supremacia do interesse público sobre o particular. Para que a Administração Pública possa atingir o interesse público, necessita de prerrogativas, na busca pelo bem coletivo. O poder _____ é um dos mais importantes instrumentos para que a Administração Pública consiga atingir o seu fim, que é a busca pelo interesse público, podendo, desta forma, proceder a restrições aos direitos individuais, dentro, é claro, de certos limites. Note que a Administração Pública pode restringir direitos, mas nunca suprimi-los".
    a) vinculado
    b) discricionário
    c) hierárquico
    d) disciplinar
    e) de polícia

JUSTIFICATIVA:

Resposta: e

Uma das bases do regime jurídico da Administração Pública é a supremacia do interesse público sobre o particular. E para que a Administração Pública possa atingir o interesse público, necessita de prerrogativas, na busca pelo bem coletivo. O poder ***DE POLÍCIA*** *é um dos mais importantes instrumentos para que a Administração Pública consiga atingir o seu fim, que é a busca pelo interesse público, podendo, desta forma, proceder a restrições aos direitos individuais, dentro, é claro, de certos limites. Note que a Administração Pública pode restringir direitos, mas nunca suprimi-los.*

13. Em relação às espécies de atos administrativos, a doutrina nos dá diversas definições. Entre elas, "são aqueles que contêm um comando do Poder Executivo, visando à correta aplicação da lei e estabelecendo regras gerais de conduta. Tais atos têm a mesma força normativa da lei. Os principais exemplos são os Decretos, Regulamentos, Instruções, Resoluções etc". Está se falando de
    a) atos ordinários.
    b) atos punitivos.
    c) atos enunciativos.
    d) atos normativos.
    e) atos negociais.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: d

Atos Normativos: são aqueles que contêm um comando do Poder Executivo, visando à correta aplicação da lei e estabelecendo regras gerais de conduta. Tais atos têm a mesma força normativa da lei. Os principais Atos Normativos são Decretos, Regulamentos, Instruções, Resoluções etc.

Atos Ordinatórios: são atos administrativos que emanam do poder hierárquico e visam a disciplinar o funcionamento da Administração Pública e a conduta funcional de seus agentes. Tratam-se de atos internos, pois seus efeitos só se propagam no âmbito interno das repartições. São espécies de atos ordinatórios: Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Ofício, Despachos e etc.

Atos Negociais: todos aqueles que contêm uma declaração de vontade da Administração e que concretizam determinado negócio jurídico ou deferirem certa faculdade ao particular. Alguns exemplos são: Licença, Autorização, Aprovação, Admissão etc.

Atos Enunciativos: tais atos se limitam a certificar ou atestar um fato, ou emitir uma opinião sobre determinado assunto, sem se vincular ao seu enunciado. Os mais comuns são: Certidões, Atestados, Pareceres etc.

Atos Punitivos: os atos punitivos têm o intuito de reprimir infrações cometidas por particulares ou servidores, infrações essas previstas em leis, regulamentos ou atos ordinatórios. Temos como exemplo a multa, a interdição da atividade, a demissão, a suspensão etc.

14. A Lei 8.666/93, que regulamenta os contratos administrativos e as licitações, traz as cláusulas essenciais a todos os contratos administrativos em seu artigo 55. NÃO faz parte dessas cláusulas essenciais
    a) o objeto e seus elementos característicos.
    b) o regime de execução ou a forma de fornecimento.
    c) a legislação aplicável à execução do contrato.
    d) eventuais comissões aos agentes públicos.
    e) as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: d

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

---

15. Espécie de tributo vinculado a uma prestação de serviço estatal, de sorte que se deve interpretar que deverá ser cobrada de forma que onere quem efetivamente faz uso do serviço ou o tem à sua disposição, desde que seja possível quantificar, seja por estimativa ou por outra medida, o seu uso potencial ou real. O texto trata de
    a) taxa.
    b) empréstimo compulsório.
    c) imposto.
    d) contribuição social.
    e) contribuição de melhoria.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: a

Empréstimos Compulsórios: o Empréstimo Compulsório vem descrito no art. 148, da Constituição Federal, o qual, atribui à união, por meio de Lei Complementar, a competência para instituir Empréstimo Compulsório, em caso de despesas extraordinárias, ou em caso de investimento público urgente e relevante, este ultimo, respeitando os limites ao poder de tributar, impostos pela constituição no art. 150, inciso III.

Contribuições Sociais: as contribuições sociais surgiram, ao longo da história, como exações impositivas estatais para servir de instrumento de atuação do Estado Social na efetivação dos direitos fundamentais sociais, a serem arrecadadas por entidades paraestatais que fazem às vezes do Poder Público nesta atuação.

Contribuições de Melhoria: a hipótese de incidência ou, como preferem alguns, o fato gerador da contribuição de melhoria é a construção de obra pública que acarrete valorização imobiliária ao patrimônio do contribuinte. Os beneficiados com a obra arcam com seus custos, total ou parcialmente. Sob este aspecto, o Código Tributário Nacional prescreve no artigo 81.

Impostos: O imposto serve para o custeio das despesas publicas. De acordo com o relato do artigo 16 do CTN, o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal especifica relativa ao contribuinte, o que quer dizer que não se trata de um tributo vinculado.

Taxas: são uma espécie de tributo vinculado a uma prestação de serviço estatal, de sorte que se deve interpretar que a Taxa deverá ser cobrada de forma que onere quem efetivamente faz uso do serviço ou o tem à sua disposição, desde que seja possível quantificar, seja por estimativa ou por outra medida, o seu uso potencial ou real.

---

16. Costuma-se definir _____ como uma situação abstrata, descrita na lei, a qual, uma vez ocorrida em concreto enseja o nascimento da obrigação tributária. Logo, essa expressão pode ser entendida em dois planos: no plano abstrato da norma descritiva do ato ou do fato e no plano da concretização daquele ato ou fato descrito. Qual alternativa preenche a lacuna corretamente?
    a) inadimplemento
    b) solidariedade
    c) adimplemento
    d) imunidade
    e) fato gerador.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: e

"Costuma-se definir o fato gerador como uma situação abstrata, descrita na lei, a qual, uma vez ocorrida em concreto enseja o nascimento da obrigação tributária. Logo, essa expressão fato gerador pode ser entendida em dois planos: no plano abstrato da norma descritiva do ato ou do fato e no plano da concretização daquele ato ou fato descritos".

HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 260.

---

17. Basicamente, são 5 as condições que caracterizam a relação de emprego, ou seja, a existência de um contrato de emprego, seja ele, num dos extremos, expresso e escrito ou, no outro extremo, tácito e verbal. Veja o seguinte texto: "não se questiona, atualmente, que a _____ que deriva da relação de emprego é de caráter jurídico. A _____ apta à configuração da relação de emprego diz respeito ao estado do empregado, de estar sujeito às ordens e à direção geral do empregador na execução de serviços. Trata-se, portanto, da _____ jurídica, sendo irrelevante para a configuração da relação de emprego a dependência meramente técnica ou mesmo econômica do trabalhador ao tomador de serviços. Indique a alternativa que contém a palavra que se encaixa adequadamente nas lacunas
a) alteridade
b) subordinação
c) habitualidade
d) pessoalidade
e) salário

JUSTIFICATIVA:
Resposta: b
*Não se questiona, atualmente, que a **SUBORDINAÇÃO** que deriva da relação de emprego é de caráter jurídico. A **SUBORDINAÇÃO** apta à configuração da relação de emprego diz respeito ao estado do empregado, de estar sujeito às ordens e à direção geral do empregador na execução de serviços. Trata-se, portanto, da **SUBORDINAÇÃO** jurídica, sendo irrelevante para a configuração da relação de emprego a dependência meramente técnica ou mesmo econômica do trabalhador ao tomador de serviços.*

18. Aquele que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço é, por definição da CLT, o
a) empregado.
b) representante sindical.
c) empregador.
d) cooperado.
e) NDA.

JUSTIFICATIVA:
Resposta: c
Consolidação das Leis do Trabalho
Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

19. Em qual das alterações da estrutura jurídica das empresas NÃO se verificam as responsabilidades advindas da sucessão de empresas, ou seja, é caso de perda de direitos trabalhistas?
a) fusão de empresas
b) cisão de empresas
c) incorporação de empresas
d) transformação de empresas
e) NDA

JUSTIFICATIVA:
Resposta: e
Consolidação das Leis do Trabalho
Art. 10. Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.
Art. 448. A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

20. A rescisão indireta é uma das formas de término do contrato de emprego, e se refere à hipótese em que o empregado ingressa na justiça pleiteando a rescisão dessa relação contratual pela ocorrência das hipóteses abaixo, EXCETO
a) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo.
b) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato.
c) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.
d) ter sua jornada de trabalho excedida além do limite legal por motivo de força maior.
e) correr perigo manifesto de mal considerável.

JUSTIFICATIVA:
Resposta: d
Consolidação das Leis do Trabalho
Art. 61. Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.
Art. 483. O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:
a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;
b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;
c) correr perigo manifesto de mal considerável;
d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;
e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;
f) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

21. Considerando expressamente o que determina a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, sem considerar norma mais benéfica ao empregado, seja ela qual for, o salário mínimo a ser pago em dinheiro não será menor do que ____ do salário mínimo para a região.
a) 30%
b) 40%

c) 50%
d) 60%
e) 70%

JUSTIFICATIVA:

Resposta: a

Consolidação das Leis do Trabalho

Art. 82. Quando o empregador fornecer, in natura*, uma ou mais das parcelas do salário mínimo, o salário em dinheiro será determinado pela fórmula Sd = Sm - P, em que Sd representa o salário em dinheiro, Sm o salário mínimo e P a soma dos valores daquelas parcelas na região, zona ou subzona.*

Parágrafo único. O salário mínimo pago em dinheiro não será inferior a 30% (trinta por cento) do salário mínimo fixado para a região, zona ou subzona.

---

22. Considere o seguinte texto: "Serão consideradas atividades ou operações _____ aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos." Nesse caso, está se tratando das condições de trabalho que dão ao empregado o direito ao adicional
a) de insalubridade.
b) noturno.
c) de periculosidade.
d) de transferência.
e) NDA.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: a

Consolidação das Leis do Trabalho

Art. 189. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

---

23. De acordo com o Código de Processo Civil, a petição inicial indicará, EXCETO
a) o juiz ou tribunal, a que é dirigida.
b) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
c) o número máximo de testemunhas no processo.
d) o valor da causa.
e) o requerimento para a citação do réu.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: c

Código de Processo Civil

Art. 282. A petição inicial indicará:

I - o juiz ou tribunal, a que é dirigida;

II - os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido, com as suas especificações;

V - o valor da causa;

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII - o requerimento para a citação do réu.

---

24. Indique a alternativa CORRETA. O Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução ao Código Civil - LICC é um conjunto de normas que tratam de normas, porque disciplina as próprias normas jurídicas assinalando-lhes a maneira de aplicação e entendimento, predeterminando as fontes do direito positivo, de modo a indicar as dimensões espaço-temporais. Vale dizer que ela ultrapassa o âmbito do Direito Civil. Especificamente em relação à LICC, ela determina, em seu artigo 1º, as regras com relação a vigências das leis. Em relação a isso, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país
a) imediatamente depois de oficialmente publicada.
b) 15 dias depois de oficialmente publicada.
c) 30 dias depois de oficialmente publicada.
d) 45 dias depois de oficialmente publicada.
e) 60 dias depois de oficialmente publicada.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: d

Lei de Introdução ao Código Civil

Art. 1º - Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

§ 1º - Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.

§ 2º - (Revogado pela Lei 12.036/09)

§ 3º - Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

§ 4º - As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

---

25. Indique a alternativa CORRETA. O Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução ao Código Civil - LICC, como foi visto na questão anterior, é um conjunto de normas que tratam de normas. Com relação a leis que não tenham vigência temporária, estritamente em relação a LICC, em seu artigo 2º,
a) a lei posterior não revoga a anterior, mesmo quando expressamente o declare.
b) a lei posterior sempre revoga a anterior.
c) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
d) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a anterior.
e) sendo determinada a vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: c

Lei de Introdução ao Código Civil

Art. 2º - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º - A lei posterior revoga a anterior quando

expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3º - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

---

26. Indique a alternativa CORRETA. O princípio *rebus sic stantibus* representa
    a) o princípio da força obrigatória.
    b) a teoria do paralelismo das formas.
    c) a teoria da imprevisão.
    d) a teoria da relatividade.
    e) NDA.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: c

A cláusula rebus sic stantibus *representa a Teoria da Imprevisão e constitui uma exceção à regra do Princípio da Força Obrigatória. Trata da possibilidade de que um pacto seja alterado, a despeito da obrigatoriedade, sempre que as circunstâncias que envolveram a sua formação não forem as mesmas no momento da execução da obrigação contratual, de modo a prejudicar uma parte em benefício da outra. Há necessidade de um ajuste no contrato.* Rebus Sic Stantibus *pode ser lido como "estando as coisas assim" ou "enquanto as coisas estão assim". Já a cláusula de mesmo nome é a instrumentalização deste ajuste. É a estipulação contratual ou a aplicação de um princípio de que, presente a situação imprevista, o contrato deve ser ajustado à nova realidade. Disto se tem a revisão do contrato.*

---

27. Indique a alternativa CORRETA. O princípio *pacta sund servanda* representa
    a) a teoria da imprevisão.
    b) a teoria do paralelismo das formas.
    c) a teoria da relatividade.
    d) o princípio da força obrigatória.
    e) NDA.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: d

Pacta sunt servanda *é o Princípio da Força Obrigatória, segundo o qual o contrato obriga as partes nos limites da lei. É uma regra que versa sobre a vinculação das partes ao contrato, como se norma legal fosse, tangenciando a imutabilidade. A expressão significa "os pactos devem ser cumpridos".*

---

28. João, funcionário público, é responsável pela cobrança de taxas de serviço dentro de uma repartição. Está passando por sérias dificuldades financeiras e, justamente num dia em que a arrecadação do seu caixa foi bastante expressiva, vence a terceira prestação de um televisor de plasma, a qual se não for apaga, implicará a tomada do bem. Ele resolve desviar o valor correspondente à prestação, para tentar repor em outra oportunidade. Esse caso caracteriza:
    a) crime de peculato.
    b) crime de prevaricação.
    c) crime famélico.
    d) crime de concussão.
    e) crime hediondo.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: a

Código Penal

Peculato

Art. 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

---

29. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida caracteriza
    a) crime de estelionato.
    b) crime putativo.
    c) crime ambiental.
    d) crime de colarinho branco.
    e) crime de concussão.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: e

Código Penal

Concussão

Art. 316. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

---

30. Indique a alternativa INCORRETA. De acordo com o Código Civil, a sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará
    a) nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos sócios, se pessoas naturais, e a firma ou a denominação, nacionalidade e sede dos sócios, se jurídicas.
    b) denominação, objeto, sede e prazo da sociedade.
    c) os países para o qual pretende exportar.
    d) a quota de cada sócio no capital social, e o modo de realizá-la.
    e) as prestações a que se obriga o sócio, cuja contribuição consista em serviços.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: c

Código Civil

Art. 997. A sociedade constitui-se mediante contrato

escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará:

I - nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos sócios, se pessoas naturais, e a firma ou a denominação, nacionalidade e sede dos sócios, se jurídicas;

II - denominação, objeto, sede e prazo da sociedade;

III - capital da sociedade, expresso em moeda corrente, podendo compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária;

IV - a quota de cada sócio no capital social, e o modo de realizá-la;

V - as prestações a que se obriga o sócio, cuja contribuição consista em serviços;

LÍNGUA PORTUGUESA

Atitude suspeita

Sempre me intriga a notícia de que alguém foi preso "em atitude suspeita". É uma frase cheia de significados. Existiriam atitudes inocentes e atitudes duvidosas diante da vida e das coisas e qualquer um de nós estaria sujeito a, distraidamente, assumir uma atitude que dá cadeia!

– Delegado, prendemos este cidadão em atitude suspeita.

– Ah, um daqueles, é? Como era a sua atitude?

– Suspeita.

– Compreendo. Bom trabalho, rapazes. E o que é que ele alega?

– Diz que não estava fazendo nada e protestou contra a prisão.

– Hmm. Suspeitíssimo. Se fosse inocente não teria medo de vir dar explicações.

– Mas eu não tenho o que explicar! Sou inocente!

– É o que todos dizem, meu caro. A sua situação é preta. Temos ordem de limpar a cidade de pessoas em atitudes suspeitas.

– Mas eu só estava esperando o ônibus!

– Ele fingia que estava esperando um ônibus, delegado. Foi o que despertou a nossa suspeita.

– Ah! Aposto que não havia nem uma parada de ônibus por perto. Como é que ele explicou isso?

– Havia uma parada sim, delegado. O que confirmou a nossa suspeita. Ele obviamente escolheu uma parada de ônibus para fingir que esperava o ônibus sem despertar suspeita.

– E o cara-de-pau ainda se declara inocente! Quer dizer que passava ônibus, passava ônibus e ele ali fingindo que o próximo é que era o dele? A gente vê cada uma...

– Não senhor, delegado. No primeiro ônibus que apareceu ele ia subir, mas nós agarramos ele primeiro.

– Era o meu ônibus, o ônibus que eu pego todos os dias para ir pra casa! Sou inocente!

– É a segunda vez que o senhor se declara inocente, o que é muito suspeito. Se é mesmo inocente, por que insistir tanto que é?

– E se eu me declarar culpado, o senhor vai me considerar inocente?

– Claro que não. Nenhum inocente se declara culpado, mas todo culpado se declara inocente. Se o senhor é tão inocente assim, por que estava tentando fugir?

– Fugir, como?

– Fugir no ônibus. Quando foi preso.

– Mas eu não tentava fugir. Era o meu ônibus, o que eu tomo sempre!

– Ora, meu amigo. O senhor pensa que alguém aqui é criança? O senhor estava fingindo que esperava um ônibus, em atitude suspeita, quando suspeitou destes dois agentes da lei ao seu lado. Tentou fugir e...

– Foi isso mesmo. Isso mesmo! Tentei fugir deles.

– Ah, uma confissão!

– Porque eles estavam em atitude suspeita, como o delegado acaba de dizer.

– O quê? Pense bem no que o senhor está dizendo. O senhor acusa estes dois agentes da lei de estarem em atitude suspeita?

– Acuso. Estavam fingindo que esperavam um ônibus e na verdade estavam me vigiando. Suspeitei da atitude deles e tentei fugir!

– Delegado...

– Calem-se! A conversa agora é outra. Como é que vocês querem que o público nos respeite se nós também andamos por aí em atitude suspeita? Temos que dar o exemplo. O cidadão pode ir embora. Está solto. Quanto a vocês...

– Delegado, com todo o respeito, achamos que esta atitude, mandando soltar um suspeito que confessou estar em atitude suspeita, é um pouco...

– Um pouco? Um pouco?

– Suspeita.

(VERÍSSIMO, Luís Fernando. In: Para Gostar de Ler. *v. 13. 10. ed. São Paulo: Ática, 2000.)*

31. Para atingir o efeito cômico, o autor explora o fato de que
   a) o delegado libertou o suspeito, embora ele fosse culpado.
   b) os policiais prenderam uma pessoa inocente.
   c) o verdadeiro culpado era o próprio delegado.
   d) a expressão "atitude suspeita" é vaga e pode ser usada em referência a diversas situações.
   e) o delegado teve de prender os policiais, pois eles estavam em atitude suspeita, em vez de dar o exemplo.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: d

O próprio autor define a expressão, ao afirmar "é uma frase cheia de significados".

32. Analise os itens abaixo e indique (V) para os itens verdadeiros e (F) para os itens falsos, assinalando a alternativa correta.
   I. Ao final da narrativa, todas as personagens estavam sob suspeita.
   II. Os policiais tinham motivos fortes para prender o suspeito.
   III. Há um fato contraditório na narrativa, pois o

suspeito foi solto pelo fato de ter confessado.

a) F – F – V
b) F – V – F
c) V – F – F
d) F – V – V
e) V – F –V

JUSTIFICATIVA:

Resposta: e

A afirmação I é verdadeira. Os policiais suspeitaram do detido, que suspeitou dos policiais, que, ao final, suspeitaram do delegado. A afirmação II é falsa, pois o suspeito apenas esperava o ônibus no ponto. A afirmação III é verdadeira, pois, ao confessar, o suspeito acusou os policiais.

33. O autor, para aproximar a linguagem da fala espontânea, utiliza uma construção que, embora comum no cotidiano, é uma infração às normas da gramática. Assinale a alternativa que contém essa construção.

a) "No primeiro ônibus que apareceu ele ia subir, mas nós agarramos ele primeiro."
b) "Como é que vocês querem que o público nos respeite se nós também andamos por aí em atitude suspeita?"
c) "E o cara-de-pau ainda se declara inocente!"
d) "Era o meu ônibus, o ônibus que eu pego todos os dias para ir pra casa!"
e) "Porque eles estavam em atitude suspeita, como o delegado acaba de dizer."

JUSTIFICATIVA:

Resposta: a

Segundo a gramática tradicional, seria "No primeiro ônibus que apareceu ele ia subir, mas nós o agarramos primeiro."

34. Assinale a alternativa em que o acento grave está corretamente empregado.

a) Os galos começaram à cantar.
b) A jovem deu à luz um lindo menino.
c) Subiu no palanque à fim de fazer o discurso.
d) O piloto venceu a prova de ponta à ponta.
e) Dê meus cumprimentos à Sua Eminência.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: b

Em a*, não ocorre crase antes de verbo. Em* b*, o complemento é introduzido pela preposição "a", que se funde com o artigo que antecede a palavra "luz". Em* c*, não ocorre crase diante de palavra masculina. Em* d*, não ocorre crase em locuções com palavras repetidas. Em* e*, não ocorre crase diante de pronomes de tratamento.*

35. A seguir, há uma oração na voz ativa (I) e sua correspondente na voz passiva (II). Assinale a alternativa que contém a forma verbal adequada à oração II.

I. Imensas massas de gases formam as estrelas.
II. As estrelas _____ por imensas massas de gases.

a) são formadas
b) foram formadas
c) tinham sido formadas
d) formaram-se
e) eram formadas

JUSTIFICATIVA:

Resposta: a

Na oração I, o verbo está no presente do indicativo, assim como "são". Nas demais alternativas, alterou-se o tempo.

36. Assinale a alternativa correta quanto à pontuação.

a) A senhora assustada fechou a janela bruscamente achando que estava diante de um louco. (Rubem Braga)
b) A senhora assustada, fechou a janela, bruscamente, achando que estava diante de um louco. (Rubem Braga)
c) A senhora, assustada, fechou a janela bruscamente, achando que estava diante de um louco. (Rubem Braga)
d) A senhora, assustada fechou a janela bruscamente, achando que estava diante de um louco. (Rubem Braga)
e) A senhora assustada fechou a janela, bruscamente achando que estava, diante de um louco. (Rubem Braga)

JUSTIFICATIVA:

Resposta: c

Separam-se por vírgula o predicativo antecipado "assustada" e a oração reduzida de gerúndio iniciada por "achando".

37. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está de acordo com a norma culta.

a) Vossa Excelência tendes razão.
b) Antigamente existia muitas árvores por aqui.
c) O Amazonas é um dos rios mais extensos da Terra.
d) Os Estados Unidos anunciou novas medidas contra a crise.
e) Cabe trezentas pessoas neste teatro.

JUSTIFICATIVA:

Resposta: c

Correções: a) Vossa Excelência tem razão. b) Antigamente existiam muitas árvores por aqui. d) Os Estados Unidos anunciaram novas medidas contra a crise. e) Cabem trezentas pessoas neste teatro. Em c*, entende-se "o* rio *Amazonas* é*...".*

38. Assinale a alternativa em que as palavras estão acentuadas corretamente.

a) raíz, prejuizo, tupi, útil